



19 DE JANEIRO DE 2018

Sexta-feira

- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA TEM MAIOR ÍNDICE DESDE 2011, DIZ CNI
- PEQUENAS EMPRESAS SÃO PROTAGONISTAS NO CRESCIMENTO DO BRASIL, DIZ MARCOS JORGE
- WHATSAPP LANÇA APLICATIVO ESPECÍFICO PARA NEGÓCIOS
- MICROEMPREENDEDOR LEVA A ROMBO NO INSS, DIZ ESTUDO
- FORÇA VAI À JUSTIÇA CONTRA REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO ABAIXO DA INFLAÇÃO
- SINDICATO QUESTIONA AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA R\$ 954
- EQUIPARAÇÃO SALARIAL DE HOMEM E MULHER INJETARIA R\$ 461 BILHÕES NA ECONOMIA
- HOMENS SEMPRE TERÃO SALÁRIOS MELHORES, DIZ ESTUDO ESTATÍSTICO PARANAENSE
- É PRECISO TRABALHAR PARA BRASIL IR 'CADA VEZ MAIS PARA A FRENTE', DIZ MEIRELLES
- CONSTRUÇÃO CIVIL VOLTA A CRESCER, MAS NÃO IMPEDE QUEDA DE INVESTIMENTO, DIZ IPEA
- COLUNA: APÓS EMISSÕES, BUSCA POR HEDGE CAMBIAL CRESCE
- RECUPERAÇÃO MUNDIAL CRIA OPORTUNIDADES PARA EMERGENTES
- MUDANÇA DA METODOLOGIA DA TR NÃO ALTERA REMUNERAÇÃO DA POUPANÇA, DIZ BC
- ENTIDADE ENTRA COM AÇÃO PARA BARRAR SOCORRO DE R\$ 15 BI À CAIXA
- FEBRABAN ESTUDA AÇÕES PARA REDUZIR JUROS DO CHEQUE ESPECIAL
- REAJUSTE DO GÁS DE COZINHA SERÁ A CADA TRÊS MESES
- GÁS PARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO JÁ ACUMULA ALTA DE 34%
- CAMEX DECIDE NÃO LEVANTAR BARREIRAS AO AÇO DE CHINA E RÚSSIA
- APLICAÇÃO DE ANTIDUMPING NO AÇO FOI SUSPENSA POR INTERESSE PÚBLICO, DIZ CAMEX

- **MERCADO DE AÇO SERÁ OBSERVADO POR 1 ANO, AFIRMA MINISTRO**
- **PETROBRAS ANUNCIA ALTA DE 0,70% NO PREÇO DA GASOLINA E QUEDA DE 0,60% NO DIESEL**
- **GRUPO PSA QUER ELETRIFICAR TODOS OS CARROS ATÉ 2025**
- **MERITOR PROJETA PRODUÇÃO 20% MAIOR EM 2018**
- **ZF E CHERY SE JUNTAM PARA DEMOCRATIZAR CARROS AUTÔNOMOS**

CÂMBIO EM 19/01/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,207	3,208
Euro	3,930	3,931

Fonte: BACEN

Confiança da indústria na economia tem maior índice desde 2011, diz CNI

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

A percepção dos empresários da indústria sobre os próximos seis meses da economia nacional aumentou em janeiro, alcançando os 59 pontos, em uma escala que varia de 0 a 100.

Em relação a dezembro do ano passado, o sentimento de confiança dos empresários registrou aumento de quase um ponto, A avaliação sobre a confiança do empresário da indústria foi divulgada nesta sexta-feira (19) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). As informações são da Agência Brasil.

De acordo com a pesquisa, o Icei (Índice de Confiança do Empresário Industrial) registrado no primeiro mês de 2018 está acima da média histórica de 54,1 pontos e é o maior desde abril de 2011.

A expectativa positiva dos empresários, avaliado pelo Índice de Expectativas, também apontou crescimento significativo, atingindo 62 pontos em janeiro, maior resultado dos últimos cinco anos.

E a percepção dos empresários sobre as condições atuais para os negócios foi de 53 pontos. A pesquisa aponta que esse índice está acima de 50 pontos por cinco meses seguidos.

Segundo a CNI, os índices refletem o aumento do otimismo em relação ao desempenho da economia brasileira e das empresas para o próximo semestre. A entidade ressalta que a melhora da expectativa aponta uma tendência das empresas em investir mais, o que pode contribuir para a criação de empregos e a recuperação do crescimento econômico. A pesquisa foi realizada entre 3 e 16 de janeiro com 2.772 empresas de pequeno, médio e grande porte.

Pequenas empresas são protagonistas no crescimento do Brasil, diz Marcos Jorge

19/01/2018 – Fonte: MDIC (postado em 17/01/2018)



Ministro interino participou hoje de assinatura de acordo de cooperação entre Sebrae e BNDES para estimular o acesso ao crédito aos micro e pequenos empresários

O ministro interino da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, participou, nesta quarta, de cerimônia para celebrar o acordo de cooperação entre o Sebrae e o BNDES que estimula o acesso ao crédito pelos micro e pequenos empresários brasileiros. Serão destinados R\$ 6 bilhões do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) para executar diversas medidas nos próximos dois anos.

Para o ministro, a iniciativa une forças a uma série de outros esforços liderados pelo MDIC, por meio da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe). “Em outubro, a Sempe realizou a Semana Nacional de Crédito, uma parceria com instituições bancárias que injetaram R\$ 8 bilhões em créditos novos e R\$ 1 bilhão em renegociação de dívidas para os pequenos negócios”, lembrou.

Entre outras medidas, Marcos Jorge destacou a reformulação integral do Portal do Empreendedor, cuja nova versão foi lançada em 2017, e que atende a um público aproximado de 7 milhões de microempreendedores individuais (MEIs).

Outra ação prevista pela pasta é a orientação às MPes, de maneira gratuita, para a tomada de crédito de forma adequada ao negócio. “Reconhecemos que as micro e pequenas empresas foram protagonistas na retomada do crescimento do Brasil, que já é sentida por todos”, pontuou.

Acordo

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado entre o SEBRAE e o BNDES está plenamente alinhado a um conjunto de ações que vêm sendo conduzidas pela Sempe, por meio do Fórum Permanente da Micro e Empresa e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE), presidido pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa e do qual ambos são membros efetivos, e do GT-MEI (Grupo de Trabalho responsável pela Gestão do Programa Microempreendedor Individual – GT-MEI), coordenado pela Sempe.

As ações previstas pelo ACT devem atender 150 mil microempreendedores individuais (MEI), 90 mil microempresas e 40 mil empresas de pequeno porte. O objetivo é ampliar o acesso dos empresários de pequenos negócios aos recursos do BNDES. “O crédito é o combustível para as micro e pequenas empresas e nossa batalha é desburocratizar o acesso e conseguir melhores taxas de juros para elas”, enfatiza o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

Uma das principais ações desse acordo será viabilizar parcerias com as fintechs com vistas a agilizar a concessão de empréstimos com recursos do BNDES. Desde o ano passado, o BNDES vem realizando um conjunto de medidas para simplificar, agilizar e ampliar o acesso ao crédito das empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões.

"Nos próximos anos estaremos com mais de 50% de empréstimos para as MPMEs e o Canal do Desenvolvedor é o que me habilita a acreditar nisso", diz Paulo Rabelo de Castro, presidente do BNDES.

WhatsApp lança aplicativo específico para negócios

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

O WhatsApp anunciou, nesta quinta-feira (18), que terá uma versão para negócios, o WhatsApp Business. O aplicativo, gratuito, permite destacar a conta como um "perfil empresarial" e colher estatísticas para entender se as estratégias de comunicação das empresas estão funcionando.

"Mais de 80% dos pequenos negócios na Índia e no Brasil dizem que o WhatsApp os ajuda a se comunicar com clientes", diz um comunicado do WhatsApp. A versão do app está disponível para celulares Android na Indonésia, Itália, México, Reino Unido e Estados Unidos, e chega ao Brasil e outros países nas próximas semanas.

Microempreendedor leva a rombo no INSS, diz estudo

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

O programa de microempreendedor individual (MEI) gera um desequilíbrio bilionário e injustificado na Previdência. Essa é a conclusão de estudo divulgado nesta quarta (17) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O programa, prestes a completar dez anos, foi criado com o objetivo de facilitar a formalização de trabalhadores por conta própria.

Em troca do CNPJ, o MEI paga mensalmente uma taxa de pouco mais de R\$ 50, que corresponde R\$ 1 de ICMS ou R\$ 5 de ISS (dependendo da atividade) mais 5% do salário mínimo, a título de contribuição previdenciária.

Essa alíquota é muito inferior àquelas cobradas em outras categorias de contribuição para a Previdência (veja quadro ao lado). Tomando como base os MEIs que fizeram ao menos uma contribuição ao INSS em 2014, o resultado é um deficit acumulado de R\$ 464,7 bilhões a R\$ 608 bilhões entre 2015 e 2060, dependendo da estimativa de evolução do salário mínimo, diz o estudo.

"A regra do MEI é muito desequilibrada porque a alíquota é baixa, muito pouco em relação ao que ele vai receber de benefício. É uma contribuição quase simbólica", diz à reportagem Rogério Nagamine Costanzi, autor do trabalho. Há, portanto, um enorme subsídio para a manutenção do programa. Isso faria sentido, argumenta Nagamine, caso o programa focalizasse a população de baixa renda. Isso não é o que se verifica na realidade, contudo.

Com base em dados do IBGE de 2014, o pesquisador calculou o rendimento médio mensal do MEI em R\$ 2.532 - acima da média geral da população ocupada (R\$ 1.632) e dos 'conta própria' (R\$ 1.453). Um agravante seria a elevação do teto de faturamento do MEI em 2018 para R\$ 81 mil por ano, o que equivale a R\$ 6.750 por mês --patamar elevado para o padrão de rendimento médio do Brasil.

Os MEIs também estão acima da média da população em termos de escolaridade. Segundo o estudo, 16,2% dos beneficiários do programa tinham ensino superior completo, percentual superior ao observado entre empregados do setor privado (14,8%) e trabalhadores por conta própria que não eram inscritos no programa (10,2%).

Isso sugere que o MEI pode estar estimulando a "pejotização", afirma Nagamine, processo em que um trabalhador usa uma pessoa jurídica para mascarar uma relação de emprego.

EFICÁCIA - Esse não é o primeiro estudo a questionar a eficácia do programa. O professor da FGV Rudi Rocha, em estudo com outros dois economistas, concluiu que o efeito do MEI sobre a formalização é modesto, e só ocorreu de fato quando a alíquota de contribuição caiu de 11% para 5%.

"A interpretação que fazemos é que o programa só funciona como subsídio para a Previdência", diz Rocha. Procurada, a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (Sempe), vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, afirmou em nota que "a Previdência passa a contar com os recolhimentos desses microempreendedores, ante uma situação anterior de completa informalidade".

Questionada sobre o limite de faturamento elevado, a Sempe afirmou que trata-se da receita bruta do beneficiário no ano --dela ainda serão descontadas as despesas com o negócio, o que resultaria em um lucro menor. A Secretaria de Previdência não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Força vai à Justiça contra reajuste do salário mínimo abaixo da inflação

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

A Força Sindical entra, nesta quinta-feira (18), com ação na Justiça contra a decisão do governo de reajustar o salário mínimo abaixo do índice de inflação. Em nota, a entidade afirma que a medida prejudica 22 milhões de aposentados.

O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é a referência utilizada para reajuste do salário mínimo. O indicador terminou o ano de 2017 acumulado em 2,07%, mas o reajuste concedido pelo governo no salário mínimo foi de 1,81%.

"Com essa medida absurda e insensata, sob o contexto de elevação do custo de vida, o governo promoveu um achatamento ainda maior nos vencimentos dos cerca de 22 milhões de brasileiros aposentados, ou seja, 70% dos beneficiários do INSS, que terão de sobreviver com uma renda, insatisfatória, de R\$ 954,00", diz a nota divulgada pela Força Sindical e pelo sindicato dos aposentados.

"A medida do governo, além de penalizar milhões de brasileiros, também desrespeita a Lei em que determina o reajuste do mínimo com a reposição das perdas inflacionárias conforme o INPC somado ao PIB de dois anos anteriores. Como o PIB foi negativo, deveria ser assegurado ao mínimo os 2,07% do INPC, mas nem isso o governo repassou", acrescenta a nota. A justificativa para a diferença é que no passado o salário mínimo foi reajustado acima da inflação, movimento que estaria sendo compensado agora.

Sindicato questiona aumento do salário mínimo para R\$ 954

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), ligado à Força Sindical, ingressou ontem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para questionar o reajuste do salário mínimo concedido neste ano pelo governo federal. A relatoria ficou com o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nos cálculos da entidade, o salário mínimo deveria ser fixado em R\$ 958,00 este ano. Pelo decreto do governo, o salário mínimo ficou em R\$ 954,00. A ação pede a revisão imediata do valor, sob pena de causar prejuízo de R\$ 52,00 ao ano a cada trabalhador. O salário mínimo também é o valor de cerca de dois terços das

aposentadorias no País. “A não revisão do salário mínimo, com a garantia de seu poder de compra, acarreta uma injeção de R\$ 2,5 bilhões a menos na economia nacional”, afirma a ação.

Equiparação salarial de homem e mulher injetaria R\$ 461 bilhões na economia

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva no ano passado revelou que se os salários das mulheres fossem equiparados aos dos homens a economia brasileira teria uma injeção de R\$ 461 bilhões (caso apenas o salário das mulheres fosse ampliado, sem cortes na remuneração do sexo masculino).

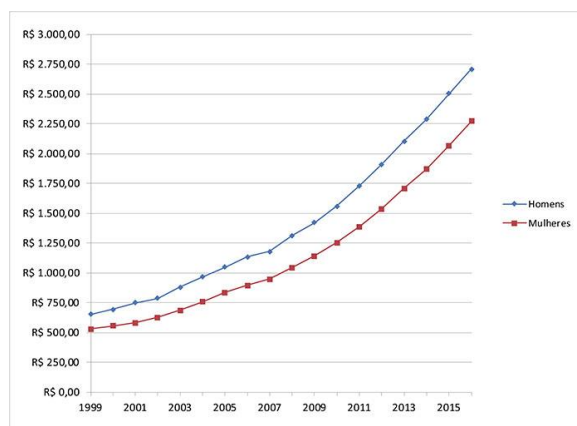
Segundo Renato Meirelles, presidente do Instituto, o estudo confirma que a disparidade salarial entre gêneros é ainda uma barreira ao progresso das mulheres no mercado de trabalho. Além dos homens ganharem mais do que as mulheres; os brancos ganham mais que os negros; e a mulher negra é a que menos ganha.

A renda média para um homem branco com curso superior alcança R\$ 6.590, caindo para R\$ 3.915 para a mulher branca na mesma condição. Já um homem negro com ensino superior ganha, em média, R\$ 4.730, contra R\$ 2.870 de uma mulher negra também com escolaridade superior.

Homens sempre terão salários melhores, diz estudo estatístico paranaense

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

Apesar de diferença ter diminuído ao longo anos, mulheres ganham pelo menos 19% menos



A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para o mundo, a ser alcançados até 2030. No Paraná, a questão da igualdade salarial, por exemplo, pode ser considerada até mesmo uma utopia.

De acordo com informações do Ministério do Trabalho, com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em 2016 o salário médio das mulheres no Paraná foi R\$ 2.271,09 e o dos homens, R\$ 2.708,58. Considerando a remuneração de todo o ano e o 13º salário, elas receberam, em média, R\$ 5.687,37 a menos do que eles.

Apesar dos números há dados positivos. A diferença registrada em 2016, de 19,26% (o melhor dado entre os estados da região sul e sudeste do país), é a menor da série histórica iniciada em 1999. Em 18 anos, a remuneração dos homens avançou 316,74% e das mulheres, cresceu 330,39%.

Mas afinal, quando é que a remuneração para os dois sexos alcançará a igualdade? A estatística Luciana Helena, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), não tem uma resposta positiva.

“Pelos dados disponíveis, podemos afirmar que a igualdade salarial é uma utopia. Basta observar o gráfico (ao lado): se esticarmos as duas linhas, da remuneração dos homens e das mulheres, elas jamais se encontrarão seguindo a tendência atual. A diferença salarial pode até continuar a ser reduzida, mas não deveremos alcançar uma situação de igualdade plena nesse ritmo”, explica a estatística.

Segundo ela, isso acontece por conta da diferença nominal entre os salários, que apresentou tendência de alta no período analisado. Assim, embora em termos percentuais a questão tenha avançado, com a diferença salarial passando de 23,17% em 1999 para 19,26% em 2016, por outro lado a diferença nominal, que era de R\$ 122,57 em 1999, quando elas recebiam R\$ 527,68, chegou a R\$ 437,49 em 2016.

Remuneração Homens e Mulheres no Paraná (1999 a 2016)

ANO	Homens	Mulheres	Dif. Rem. Sexo
2016	R\$ 2.708,58	R\$ 2.271,09	19,26%
2015	R\$ 2.501,40	R\$ 2.065,15	21,12%
2014	R\$ 2.286,24	R\$ 1.868,44	22,36%
2013	R\$ 2.102,89	R\$ 1.706,63	23,22%
2012	R\$ 1.908,43	R\$ 1.535,68	24,27%
2011	R\$ 1.731,37	R\$ 1.385,31	24,98%
2010	R\$ 1.559,18	R\$ 1.250,21	24,71%
2009	R\$ 1.418,37	R\$ 1.141,17	24,29%
2008	R\$ 1.309,89	R\$ 1.043,53	25,53%
2007	R\$ 1.177,71	R\$ 944,80	24,65%
2006	R\$ 1.130,94	R\$ 894,33	26,46%
2005	R\$ 1.048,41	R\$ 833,28	25,82%
2004	R\$ 963,22	R\$ 757,51	27,16%
2003	R\$ 879,13	R\$ 685,85	28,18%
2002	R\$ 785,79	R\$ 623,58	26,01%
2001	R\$ 747,83	R\$ 580,87	28,74%
2000	R\$ 691,79	R\$ 555,42	24,55%
1999	R\$ 649,95	R\$ 527,68	23,17%

Equiparação injetaria R\$ 461 bilhões na economia brasileira

Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva no ano passado revelou que se os salários das mulheres fossem equiparados aos dos homens a economia brasileira teria uma injeção de R\$ 461 bilhões (caso apenas o salário das mulheres fosse ampliado, sem cortes na remuneração do sexo masculino).

Segundo Renato Meirelles, presidente do Instituto, o estudo confirma que a disparidade salarial entre gêneros é ainda uma barreira ao progresso das mulheres no mercado de trabalho.

Além dos homens ganharem mais do que as mulheres; os brancos ganham mais que os negros; e a mulher negra é a que menos ganha.

A renda média para um homem branco com curso superior alcança R\$ 6.590, caindo para R\$ 3.915 para a mulher branca na mesma condição. Já um homem negro com ensino superior ganha, em média, R\$ 4.730, contra R\$ 2.870 de uma mulher negra também com escolaridade superior.

Islândia é o primeiro país do mundo a legalizar a igualdade de remuneração

Se no Brasil a questão da igualdade salarial entre homens e mulheres ainda caminha de forma lenta, do outro lado do Oceano já há um país que colocou em vigor uma lei que legaliza a igualdade de salário entre os dois gêneros. Esse país é a Islândia, que

anunciou ao mundo a novidade legal logo no primeiro dia de 2018, tornando-se a primeira nação do mundo a adotar uma legislação desse tipo.

Pela legislação, empresas públicas e agências governamentais com mais de 25 funcionários terão de obter uma certificação especial do governo sobre as políticas de igualdade de remuneração. Do contrário, correrão o risco de serem multadas. A expectativa é que o país elimine a desigualdade salarial até 2020.

Considerado o país que mais possui igualdade de gênero pelo Fórum Econômico Mundial, a Islândia tem hoje quase metade de seus parlamentares (47,6%) do sexo feminino. Para se ter noção do que isso representa, no Brasil o percentual é de 9,9%, bem abaixo da média mundial de 23%

É preciso trabalhar para Brasil ir 'cada vez mais para a frente', diz Meirelles

19/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a população ainda tem muito receio de "voltar atrás" e que é preciso trabalhar para que o Brasil vá "cada vez mais para a frente".

As declarações foram dadas em entrevistas a rádios cristãs e regionais.

Meirelles é possível candidato à Presidência da República e tenta defender o legado de que foi o responsável pela recuperação da economia. "O Brasil está vivendo um momento histórico e pode mudar de rota. As coisas melhoraram, a inflação caiu, mas ninguém ainda está totalmente confiante", afirmou.

O ministro, que nos últimos meses tem se aproximado de representantes de evangélicos, deu na quinta-feira uma entrevista para 17 veículos de TVs cristãs e regionais. Cada emissora fará transmissões em horários, dias e formatos diferentes.

Nos trechos transmitidos nesta sexta-feira, 19, pelas TVs Minas Brasil e Rio Preto, o ministro disse ainda que eleições democráticas são importantes para a população ter a oportunidade de escolher seus candidatos.

Perguntado sobre as perspectivas para a mineração, Meirelles disse que a economia mundial vai bem e que isso é importante para aumentar a demanda para o setor.

Meirelles cumprimentou ainda o Estado de Minas Gerais pelo crescimento: "Estamos juntos."

Construção civil volta a crescer, mas não impede queda de investimento, diz Ipea

19/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A construção civil foi o grande destaque positivo do mês de novembro no índice Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), divulgado nesta sexta-feira, 19, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A recuperação, no entanto, não conseguiu evitar a queda de 0,7% do indicador, a primeira variação negativa após cinco meses.

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o FBCF registrou alta de 1,4%. No ano, o FBCF acumula queda de 2,4% até novembro, informou o Ipea. A construção civil subiu 0,7% em novembro, na série dessazonalizada, contra queda de 0,1% no mês anterior. No ano, a construção civil acumula queda de 5,6% até novembro.

Já o consumo aparente de máquinas e equipamentos (Came) caiu 2,1% na comparação com outubro. As importações de bens de capital também tiveram

desempenho negativo, diminuindo 6,1% ante outubro, mês que também havia apresentado queda (16%).

O indicador FBCF é considerado uma prévia, com periodicidade mensal, da atualização do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É composto pelos investimentos em máquinas e equipamentos, em construção civil e outros ativos fixos.

"O volume importado recuou nos últimos dois meses, ainda afetado pelo forte crescimento ocorrido em setembro, de 30,3%", explicou em um comunicado Leonardo Mello de Carvalho, do Grupo de Conjuntura do Ipea.

O comportamento dos componentes da FBCF também foi heterogêneo quando comparado a novembro de 2016. Enquanto o Came apresentou alta de 6,5%, a construção civil e o componente "outros" recuaram 0,7% e 1,7%, respectivamente.

Coluna: Após emissões, busca por hedge cambial cresce

19/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



O tipo mais comum de hedge cambial que as companhias procuram é o contrato a termo de moeda

A demanda por hedge cambial, uma operação financeira que protege empresas de oscilações do dólar, aumentou nos últimos meses, segundo bancos que trabalham com o produto.

O tipo mais comum de transação que as companhias procuram para essa finalidade é o contrato a termo de moeda, aponta a B3.

O número dessas operações subiu 58% no ano passado, na comparação com 2016. Em valores, a alta foi de 51%.

"Nós vimos um aumento de procura associado à alta de captação de dívida no mercado externo", afirma Nuno Martins, chefe de estruturação de derivativos do BofA Merrill Lynch.

Há capital global em busca de remuneração e, com dificuldade para se financiar internamente, empresas brasileiras emitiram bonds ou outros títulos de dívida em moeda estrangeira, segundo ele.

À exceção das exportadoras, que têm hedge natural porque também recebem em dólar, todas as que fazem captação, posteriormente, buscam proteção, diz.

"Existe uma diligência e uma responsabilidade das companhias dos segmentos que nós atendemos para evitar exposição cambial."

Empresas da faixa de porte intermediário passaram a procurar hedge por causa da possibilidade de turbulências ligadas ao cenário político, segundo um executivo de outro banco internacional com presença no Brasil.

Antes das eleições, há o julgamento de Lula no TRF4. A oscilação do dólar após a revelação dos áudios de Joesley Batista ainda é lembrada, e isso faz os diretores financeiros se precaverem.

*

Energia do lixo

A comercializadora de energia Capitale vai investir R\$ 100 milhões neste ano em três projetos de geração distribuída (quando a produção ocorre no local de consumo ou nas proximidades).

A companhia comprou uma participação minoritária da empresa ZEG Environmental, especializada em queimar resíduos sólidos para transformá-los em gás, vapor ou eletricidade.

"Dois dos projetos já contratados serão com lixo urbano, e o outro será com dejetos industriais", diz Daniel Rossi, sócio-fundador da Capitale.

Uma parcela dos R\$ 100 milhões é própria, e outra parte foi captada com investidores e um fundo.

O objetivo das empresas é aumentar a oferta de energia limpa e serem vistas como responsáveis por solucionar o tratamento de resíduos.

"Assim que entregarmos algumas das etapas do projeto, vamos a mercado fazer uma captação extra, hoje estimada em US\$ 250 milhões (R\$ 804 milhões)", diz Rossi.

"Só na área industrial, a demanda que a ZEG possui atualmente requer R\$ 800 milhões em investimentos."

R\$ 800 milhões

é o faturamento estimado da Capitale Energia

800 MWm

(Megawatt médio) são comercializados por mês

Recuperação mundial cria oportunidades para emergentes

19/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



A economia mundial está desfrutando de uma recuperação sincronizada. Isso é boa notícia para os países emergentes e em desenvolvimento. E também uma oportunidade. Muitos desses países estão sofrendo uma desaceleração em seu crescimento potencial. Isso não resulta apenas de mudanças demográficas, mas de uma queda no crescimento da produtividade. E eles precisam enfrentar esse problema urgentemente.

O mais recente relatório do Banco Mundial destaca esse quadro. O crescimento mundial, a preços de mercado, foi estimado em 3% para 2017, e os países emergentes e em desenvolvimento atingiram os 4,3%. Este ano, a projeção de crescimento mundial é de 3,1% e, para os países emergentes e em desenvolvimento, ela é de 4,5%.

Como sempre, a expectativa é de que a Ásia registre o maior crescimento. Em outras regiões, o desempenho é menos encorajador. Os países emergentes e em desenvolvimento que exportam commodities devem crescer apenas 2,7% este ano, ante 1,8% em 2017. O Brasil está se recuperando muito lentamente de uma profunda recessão. O crescimento da África subsaariana, e do Oriente Médio e África do Norte, também deve continuar lento, com 3,2% e 3%, respectivamente.

A boa notícia, porém, é que as condições mundiais são conducentes a um crescimento amplamente compartilhado. Os preços das commodities se recuperaram. O comércio internacional também se recuperou, e a estimativa é de que tenha crescido em 4,3% no ano passado; a projeção é de que cresça em 4% este ano.

O influxo de capitais às economias emergentes melhorou em 2016 e em 2017. A alta recente se concentra nas áreas de investimentos em carteira e empréstimos, mas mais da metade do influxo total está enquadrada como investimento estrangeiro direto, o que é melhor (e mais estável).

Como aponta o relatório, corretamente, os evidentes riscos negativos de "desgaste financeiro, protecionismo intensificado, e crescentes tensões geopolíticas" são ameaça para os países emergentes e em desenvolvimento.

Os maiores deles têm espaço de manobra para reagir a desdobramentos internacionais desfavoráveis. China e Índia demonstraram capacidade para administrar desdobramentos externos adversos.

O mesmo não se aplica à maioria dos demais países emergentes e em desenvolvimento, mesmo os grandes, como o Brasil ou a Rússia. Esses países certamente esperam que o ambiente externo seja benigno, mas se uma nova crise surgir, provavelmente sairão feridos.

O que eles podem fazer é melhorar o dinamismo subjacente de suas economias, o que também as tornaria mais resilientes. É nisso que o relatório se concentra. A desaceleração no potencial de crescimento da produtividade é um fator conhecido. A desaceleração nos países emergentes e em desenvolvimento, que apresenta pontos de semelhança, não é tão conhecida. E no entanto, ela é um problema mais perturbador.

Os países emergentes e em desenvolvimento têm maior necessidade de crescimento rápido do que os países de alta renda, porque ainda são muito pobres. Além disso, eles deveriam ter maior potencial de crescimento, por conta de sua capacidade (ao menos teórica) de reduzir a distância que os separa dos níveis de produtividade dos países de alta renda.

Mas o ritmo potencial de crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento está se reduzindo. O Banco Mundial prevê o crescimento potencial das economias emergentes e em desenvolvimento de 4,3%, em média, para o período 2018 e 2027.

Isso fica meio ponto percentual abaixo da média de 2013 a 2017 e 0,9% abaixo da média da década anterior. E essa desaceleração, além disso, tem base ampla: entre 2013 e 2017, o crescimento potencial ficou abaixo de sua média histórica de longo prazo em quase metade dos países emergentes e em desenvolvimento.

A desaceleração nessas economias reflete em parte o envelhecimento de suas populações, o que também acontece nos países de alta renda. O investimento fraco e o crescimento mais lento da "produtividade total dos fatores" —uma medida da produção gerada por dada quantidade de mão de obra e capital— também são causas da desaceleração no crescimento potencial desses países.

Sem mudanças significativas nas políticas públicas, é bem provável que essa desaceleração se concretize. O envelhecimento da população continuará, na maioria dos países emergentes e em desenvolvimento. Parte da desaceleração do crescimento na produtividade total dos fatores também será inevitável. Ela pode ter se desacelerado porque as tecnologias de informação e comunicação dos anos 90, especialmente a internet, amadureceram.

A desaceleração na dissociação da produção em linhas transnacionais também pode estar enfraquecendo a difusão de tecnologia e know-how. Forças de trabalho mais velhas podem se provar menos adaptáveis.

O crescimento da produtividade total dos fatores também está ligado ao crescimento do investimento. Mas, de 2010 para cá, o crescimento do investimento se desacelerou acentuadamente nos países emergentes e em desenvolvimento, dos dois dígitos que eles registravam logo depois da crise financeira internacional para apenas 3% em 2016, o pior ano para esse indicador desde a crise.

No entanto, a adoção de políticas públicas enérgicas poderia compensar a desaceleração no crescimento potencial. Melhorar a qualidade da força de trabalho é uma possibilidade, por exemplo.

Os índices de conclusão de cursos de segundo grau nesses países estão se aproximando dos registrados nos países de alta renda. Mas ainda existe espaço substancial para melhora na qualidade e quantidade da educação, especialmente no ensino superior, bem como para ampliar a participação feminina na força de trabalho.

Transformar a qualidade do ambiente político e das instituições governamentais, especialmente do sistema judiciário e da regulamentação, também poderia ser muito útil. O desfecho poderia ser mais empreendedorismo, mais competição, investimento mais alto e avanço mais rápido da produtividade.

As economias emergentes e em desenvolvimento deveriam usar o período de vigoroso crescimento econômico atual para encorajar mais investimento e realizar as reformas necessárias a elevar o crescimento da produtividade. Precisam agir agora. Os dias ensolarados jamais duram, na economia. E elas devem se preparar para as tempestades que estão por vir.

Mudança da metodologia da TR não altera remuneração da poupança, diz BC

19/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O chefe do Departamento de Estatística do Banco Central, Fernando Rocha, afirmou nesta quinta-feira, 18, durante coletiva de imprensa, que a mudança na metodologia de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF), que serve de referência para o cálculo da Taxa Referencial (TR), não altera a remuneração da caderneta de poupança – atualmente de 70% da Selic (a taxa básica da economia) mais a TR. A nova forma de cálculo também não altera em nada os contratos de financiamento imobiliário no País, geralmente indexados à TR.

Rocha explicou que a resolução editada nesta quinta pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que altera a metodologia de cálculo da TBF, tem por objetivo manter a taxa robusta em termos estatísticos no cálculo da TR. “A resolução faz mudança metodológica na TBF e mantém o cálculo da TR a partir da TBF”, resumiu.

De acordo com Rocha, a mudança foi necessária porque, no futuro, o cálculo da TR a partir da TBF poderia passar por problema de “representatividade” na base de dados. Isso porque, até agora, a TBF vinha sendo calculada com base nos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Recibos de Depósitos Bancários (RDBs) com prazos de

30 dias negociados por uma amostra de instituições financeiras. Com a diminuição da liquidez neste mercado, o BC sentiu a necessidade de alterar a metodologia.

A partir de agora, a TBF será calculada com base nas Letras do Tesouro Nacional (LTN) negociadas no mercado, que estejam registradas no sistema Selic e tenham prazo de vencimento de um mês. Calculada a TBF, a TR será conhecida a partir da aplicação de um redutor – neste caso, nada mudou.

"A TR será o valor da TBF dividido pelo redutor. A fórmula do redutor será a mesma", disse Rocha. "Estão mantidas as características da TR, calculada a partir de instrumentos prefixados", acrescentou.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatística, este cálculo será robusto em termos estatísticos, já que será feito com base em operações realizadas em um mercado líquido. "A mudança foi na metodologia da TBF. A lei que cuida da TR não foi alterada."

Rocha disse ainda que a nova metodologia mantém o valor da TR muito próximo do que vinha sendo obtido pela metodologia antiga. "A nova metodologia mantém aderência aos resultados obtidos com a metodologia anterior", afirmou. "Se olhar para qualquer período de tempo, de 2000 para cá, a correlação é de 99%.

" Segundo Rocha, o princípio de não modificar a TR está mantido. "Também não há mudanças nas funções da TR", acrescentou.

Rocha explicou ainda que essa mudança foi aprovada nesta quinta pelo CMN, em reunião extraordinária, em função do calendário. Pela resolução antiga, o conselho tinha até o 15º dia útil de janeiro (22 de janeiro, próxima segunda-feira) para definir a amostra de instituições de referência para coleta dos valores de CDBs e RDBs nos próximos meses.

O problema é que a reunião ordinária do CMN está marcada para o dia 25, quinta-feira que vem. Como a decisão já estava tomada, optou-se por realizar a mudança da metodologia agora.

Entidade entra com ação para barrar socorro de R\$ 15 bi à Caixa

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

O IFDT (Instituto Fundo Devido ao Trabalhador) entrou com uma ação popular na Justiça Federal do Rio de Janeiro para barrar o socorro de R\$ 15 bilhões à Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), autorizado pelo presidente Michel Temer no início de janeiro.

O principal argumento da entidade é que a operação desvirtuaria a finalidade do fundo. "O FGTS foi criado para investimento social em áreas como habitação popular, saneamento básico e infraestrutura, não para emprestar dinheiro a banco. Isso cria um precedente perigoso", diz Mario Avelino, presidente do IFDT.

O instituto se define como uma organização não governamental criada para defender a integridade dos recursos do fundo ao trabalhador. A ação, movida contra Caixa, União e o presidente Michel Temer, pede uma liminar suspensiva do socorro. "A qualquer momento, o Conselho Curador do FGTS pode aprovar o empréstimo", diz Avelino.

A Caixa pretende transformar até R\$ 15 bilhões de sua dívida com o FGTS em um novo empréstimo, sem prazo de vencimento (perpétuo), o que foi contestado pelo Ministério Público de Contas e pela área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União). O IFDT argumenta que um empréstimo do fundo sem limite para vencimento e

imposição de garantias é inconstitucional. Segundo Avelino, a lei que regula o FGTS prevê prazo máximo de 30 anos e uma série de possíveis garantias, como hipotecária e seguro.

A Caixa precisa de recursos porque, a partir deste ano, só poderá fazer empréstimos se tiver mais dinheiro para garanti-los, de acordo com as regras previstas em Basileia 3 -um acordo internacional para garantir solidez do sistema financeiro. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quinta-feira (18) que o governo busca uma alternativa para capitalizar a Caixa sem recorrer ao FGTS.

"O mais importante é que nós estamos desenvolvendo propostas para apresentar ao Conselho da Caixa que podem viabilizar a recapitalização da Caixa, inclusive sem o uso desse dinheiro do FGTS. Isso é uma coisa que teremos a conclusão nos próximos dias", afirmou. O afastamento de quatro executivos da Caixa nesta semana ajudou a colocar em suspense a capitalização do banco, que pode enfrentar mais resistências.

Febraban estuda ações para reduzir juros do cheque especial

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) avalia medidas para reduzir os juros do cheque especial. Em nota publicada nesta quarta (17), a entidade informou que estuda ações para melhorar o ambiente de crédito no país e reduzir o spread bancário, diferença entre os juros que o banco paga para captar dinheiro de investidores e as taxas cobradas dos tomadores de empréstimos e financiamentos. As informações são da Agência Brasil.

O comunicado não entrou em detalhes. Em dezembro, segundo os dados mais recentes da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade), os juros do cheque especial estavam em 295,48% ao ano. Dessa forma, alguém que contrai R\$ 1 mil nessa modalidade deve R\$ 3.295,48 ao fim de 12 meses, se não quitar a operação.

O cheque especial está somente atrás do cartão de crédito, que encerrou 2017 com taxa de 321,63% ao ano. Nesta quarta (17), o presidente da Febraban, Murilo Portugal, reuniu-se com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia.

Na saída do encontro, não confirmou se a redução de juros do cheque especial foi discutida. Apenas disse que os dois trataram de medidas tributárias. Mais cedo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse a jornalistas que os juros do cheque especial são elevados.

Ele confirmou que o Banco Central estuda medidas para a redução das taxas, mas negou que exista alguma ação definida. "Eu acho que é importante a queda de juros no cheque especial, que está muito elevado. Mas não há nenhuma medida específica já definida. O BC está estudando várias coisas", disse Meirelles na portaria do ministério.

Reajuste do gás de cozinha será a cada três meses

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

A Petrobras anunciou ontem que irá mudar a política de reajustes do gás de cozinha a partir deste ano. Antes eram mensais. O período de apuração das cotações internacionais e do câmbio que definirão os percentuais de ajuste será a média dos doze meses anteriores ao período de vigência e não mais a variação mensal.

Além da mudança, a estatal anunciou que o preço do botijão do gás de cozinha (GLP) cairá 5% a partir de hoje nas refinarias da Petrobras em todo o país e os reajustes do botijão de até 13 kg passarão a ser trimestrais e não mais mensais. A informação foi divulgada ontem pela estatal.

As revisões feitas pela Petrobras poderão ou não se refletir no preço final ao consumidor, uma vez que a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados.

O preço médio de GLP residencial sem tributos comercializado a partir de hoje nas refinarias da Petrobras será equivalente a R\$ 23,16 por botijão de 13kg. No entanto, o preço final ao consumidor vai depender de repasses feitos por distribuidoras e revendedores. Em Curitiba, o preço médio é de R\$ 62.

Política

Qualquer redução ou aumento de preços superior a 10% terá que ser autorizada pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (Gemp), formado pelo presidente da Petrobras e pelos diretores de Refino e Gás Natural e Financeiro e de Relacionamento com Investidores. Nestes casos, a data de aplicação dos ajustes pode ser modificada.

Gás para indústria e comércio já acumula alta de 34%

19/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Ao contrário do setor residencial, que a partir de agora terá reajustes trimestrais, os consumidores industriais e comerciais do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) vão continuar com imprevisibilidade em relação ao preço do combustível e cronograma de revisões.

De junho do ano passado até dezembro, os reajustes médios da Petrobrás nesse segmento somaram 34%, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás).

A sequência dos aumentos abalou o caixa dos consumidores que dependem do combustível para produzir e provocou uma queda de 1,44% no consumo do gás até novembro do ano passado.

A escalada dos preços chega num momento delicado da economia e do setor empresarial, que lentamente se recupera de uma grave recessão.

Para as companhias, o cenário é complicado e sem muitas alternativas. Se de um lado o preço do gás não para de subir, a outra opção seria enfrentar o encarecimento da energia elétrica (combustível que poderia substituir o gás). Mas, apesar disso, algumas empresas estudam mudanças na matriz energética.

No passado, como o preço da eletricidade estava muito alto, alguns estabelecimentos converteram os equipamentos para gás, que era mais vantajoso por causa do preço. Hoje, no entanto, pegam o caminho inverso.

Na empresa de Vicente Silva, dono de uma rede de panificadoras no Vale do Paraíba, 70% da produção era movida a gás e 30%, à energia elétrica. Com a alta do preço do gás, esse mix está em 50% cada. "Antes era 100% a eletricidade, mas trocamos os equipamentos para gás e agora somos obrigados a rever essa política", diz Silva.

Mas nem todos tem essa opção. A proprietária da Mister Clean Lavanderia Industrial, Simone Montenegro, diz que a conversão das secadoras para energia elétrica significaria o fechamento do negócio. "Já fizemos essa tentativa, mas é inviável. Não temos saída." Ela conta que, além de sofrer com os aumentos diretos do GLP, ainda

tem de incorporar nos custos o avanço dos preços dos fornecedores pelo mesmo problema.

Atualmente há dois grandes segmentos de GLP. O P-13 é o botijão de 13 quilos vendido sobretudo para o consumidor residencial. O industrial e comercial usam o gás a granel, que são aqueles botijões maiores, fixos e que são abastecidos localmente. Os aumentos mensais ocorreram nos dois segmentos para repassar o preço praticado no mercado internacional.

Subsídio. O presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello, critica a política da Petrobrás e acusa a estatal de promover um subsídio cruzado entre o residencial e o industrial/comercial. Os aumentos promovidos nos últimos meses foram feitos baseados nos preços internacionais. Para o executivo, o valor do GLP para as empresas está 36% acima da paridade internacional (que considera os custos de fretes e outros componentes). Enquanto isso, o valor do P-13, para o residencial, está 5,2% abaixo da paridade.

A Petrobrás diz que os preços do gás para o consumo residencial obedecem uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que "reconhece como de interesse para a política energética nacional a comercialização" de GLP "a preços diferenciados e inferiores aos praticados para os demais usos".

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbic), Adriano Pires, não condena a política da Petrobrás de acompanhar o preço do mercado internacional, mas ele avalia que é preciso cortar os subsídios nessa área. "O produto é o mesmo para o residencial e para as empresas, então o preço tem de ser igual." Pires afirma que não se pode usar combustível para fazer distribuição de renda, uma vez que quem usa GLP pode ser o consumidor pobre ou rico. "Se é para ter subsídio, então que recriem o vale-gás."

As empresas que dependem do combustível criticam a falta de previsibilidade. Simone Montenegro, da Mister Clean, afirma que seus contratos preveem reajustes anuais com base no IGP-M. "Ou seja, não conseguirei repassar esses aumentos. No fim do ano, por exemplo, sempre contrato alguém para ajudar nas encomendas; neste ano, tivemos de fazer sozinhos os trabalhos extras."

Na Metalcoating, empresa que faz revestimentos anticorrosivos de tubos, a situação é ainda pior. Os contratos são de três anos com reajustes indexados à inflação. "No ano passado, tivemos reajuste de 34%; o combustível representa 28% dos custos de fabricação e soma um aumento de custo direto de 9,6%", afirma Felipe Marcicano de Goes, gerente industrial da empresa.

Camex decide não levantar barreiras ao aço de China e Rússia

19/01/2018 – Fonte: Bem Paraná

Os oito ministros da Camex (Câmara de Comércio Exterior) decidiram não aplicar as medidas de proteção ao aço brasileiro contra importados de China e Rússia. A decisão é válida por um ano e, após esse período, deverá ser reexaminada.

O grupo de ministros concordou que empresas russas e chinesas praticaram preços desleais ao vender aço ao Brasil entre 2013 e 2015. No entanto, eles decidiram pela não aplicação de barreiras à importação. Segundo o ministro Dyogo Oliveira (Planejamento), a não aplicação das medidas antidumping –contra práticas desleais– neste momento ocorreu porque o setor siderúrgico brasileiro se recuperou nos últimos dois anos e as importações arrefeceram. "A decisão da Camex foi aprovar o processo, a investigação, mas não aplicar imediatamente as medidas restritivas.

Portanto, fica suspensa a aplicação do direito antidumping e este mercado ficará sendo observado. Havendo a volta da prática dessas ações desleais de comércio, o governo brasileiro poderá cancelar a suspensão e efetivar a aplicação", afirmou Oliveira, na saída da reunião, realizada no Palácio do Planalto. A saída é um meio termo entre as posições contrárias da Fazenda e da Indústria e Comércio Exterior.

O primeiro ministério era contra a barreira, alegando que isso produziria um aumento dos preços internos do aço e de produtos que o utilizam como matéria-prima, como automóveis e eletrodomésticos. Já o ministério da Indústria e Comércio Exterior era favorável à barreira, argumentando que a investigação feita pelo órgão técnico de defesa comercial brasileiro, o Decom, constatou o uso de práticas desleais por cinco empresas russas e chinesas.

Dessa forma, seria necessário que o Brasil adotasse uma ação de proteção contra esse tipo de conduta, condenada no comércio internacional. Ao reconhecer as práticas desleais e, ao mesmo tempo, suspender a aplicação de medidas punitivas, o governo mantém os importados sob escrutínio, mas adia a colocação de barreiras. O acordo, segundo Oliveira, foi aprovado em consenso pelo grupo de oito ministros. Fazenda e Indústria e Comércio Exterior, no entanto, defenderam suas posições.

A Camex é formada pelos ministros do Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio Exterior, Itamaraty, Casa Civil, Transportes, Agricultura e secretaria-geral da Presidência. Além da Fazenda, a Agricultura também tinha se posicionado contra as barreiras, temendo retaliações da China ao agronegócio exportado pelo Brasil

Aplicação de antidumping no aço foi suspensa por interesse público, diz Camex

19/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) confirmou que barrou nesta quinta-feira (18) a aplicação de medidas antidumping na compra de laminados de aço a quente de empresas chinesas e russas. A decisão foi antecipada pelo **Broadcast**, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, na quarta-feira, 17.

Em nota, a câmara disse que foi definida a aplicação de direito antidumping por um prazo de até cinco anos, mas a medida foi suspensa em razão do interesse público. A aprovação da medida era necessária porque há um parecer mandatório do Departamento de Defesa Comercial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) pela aplicação do antidumping. O rito então foi aprovar e suspendê-la imediatamente, o que, na prática, significa que a sobretaxa não será aplicada por um ano, prazo em que será reavaliada.

Na nota, a Camex ressaltou que a suspensão do direito é uma "medida de exceção" definida após análise de seu impacto na economia nacional e que poderá ser revertida no futuro, com base no monitoramento das importações. "O governo brasileiro não aceita que nenhuma prática desleal de comércio desestabilize os setores produtivos do país", completa a nota.

Segundo o **Broadcast** apurou, apenas o MDIC defendeu a aplicação imediata da medida – os outros sete ministérios que compõe a Camex foram contrários, seguindo posição defendida em público por Fazenda e Agricultura.

Com a câmara polarizada, coube ao ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, falar com a imprensa após a reunião. Ele negou que houve votação contrária ou a favor e disse que a decisão foi tomada por consenso.

Com a decisão, é a segunda vez que um parecer do Decom de aplicação de direito antidumping não é seguido. Dyogo defendeu que a Camex tem que considerar o

impacto dessas medidas no restante da economia. "A decisão de suspender foi tomada em virtude de consequências como o aumento de preços, custos e redução da atividade econômica. A suspensão tem o prazo de um ano, mas pode ser revista a qualquer momento", acrescentou.

O ministro disse ainda que foi observado que as empresas chinesas e russas efetivamente atuavam com práticas de dumping, com preços artificialmente reduzidos para ganhar mercado, prática proibida pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo o ministro, no entanto, a Camex observou que houve redução das importações nos últimos três anos, quando os preços aumentaram.

"Fica suspensa a aplicação do direito antidumping e o mercado será observado. Havendo a volta das práticas desleais, o governo brasileiro poderá aplicar a medida", afirmou. "A mensagem é que não haverá tolerância com o dumping".

Ele negou ainda que a suspensão tenha sido decidida por medo de retaliação contra produtos brasileiros, mas admitiu que existem preocupações.

Defesa

A oposição à adoção de sobretaxa foi defendida principalmente pelos ministérios da Fazenda e da Agricultura, que temiam o impacto inflacionário e a retaliação por parte dos chineses a produtos brasileiros.

Na quarta-feira, o ministro interino da pasta, Marcos Jorge de Lima, disse ao Estadão/Broadcast não ver problema em ficar "isolado". "Na nossa concepção, com base no estudo muito bem fundamentado do Departamento de Defesa Comercial do MDIC, é o correto a se fazer", afirmou. Ele disse ainda que o parecer foi elaborado a partir das "melhores práticas do mundo" para a defesa da nossa indústria doméstica, que, afirma, sofre neste caso uma concorrência desleal.

A adoção de medidas antidumping foi pedida em 2016 por CSN, AcelorMittal e Gerdau contra empresas chinesas e russas que vendem aço plano laminado a quente. O produto é utilizado em larga escala pela indústria, na produção de máquinas e equipamentos, na lataria de carros, em eletrodomésticos.

No ano passado, o Decom emitiu relatório final em que, de acordo com pessoas que tiveram acesso ao documento, concluiu que empresas dos dois países praticam competição desleal na venda do aço e pediu a aplicação de sobretaxa de US\$ 200 por tonelada, o que levaria a uma sobretaxa de até 40%

Mercado de aço será observado por 1 ano, afirma ministro

19/01/2018 – Fonte: Inda

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que, na decisão de suspender a aplicação de medida protecionista no setor de aço, o conselho de ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) considerou a possibilidade de aumento de preços, de custos e de redução da atividade econômica. "A decisão mais acertada seria aprovar o antidumping, suspender a aplicação e manter esse mercado sob investigação. Em um ano, a medida será revista", disse.

Dyogo negou que a decisão da Camex seja uma tendência e afirmou que se trata de uma determinação legal. "Em cada caso, a Camex pode decidir suspender ou não [a aplicação da medida] conforme os impactos que a medida tem no restante da economia. Isso é a essência do que é feito na Camex a cada processo de antidumping", afirmou.

"O dumping é um crime, uma prática desleal de comércio. Não há questionamento em relação às normas de comércio mundial. Cada país tem direito de decidir não aplicar

em virtude das repercussões que isso teria na economia”, afirmou o ministro. Segundo ele, nos últimos anos, houve redução das importações das empresas investigadas e elevação a “níveis normais” dos preços praticados por essas companhias

Questionado sobre a possibilidade de retaliação por parte da Rússia e da China nas relações comerciais, o ministro afirmou que essa variável não é considerada nesse tipo de discussão, embora haja preocupações nesse sentido. “A discussão se restringe a uma empresa investigada. Não é posição do Brasil em relação à Rússia ou a qualquer outro país. É questão comercial da empresa que está sendo investigada”, disse.

Dyogo afirmou que a decisão, tomada hoje pelo conselho de ministros da Camex, foi por “consenso”. E explicou que a investigação não foi contra a Rússia ou a China, mas cinco empresas desses países. “Portanto, há muitas outras empresas — chinesas, russas e de outros países — que não eram investigadas e, portanto não fazem parte da discussão”, destacou.

O ministro afirmou que houve prática de dumping por empresas chinesas e russas no setor de aço, mas que nos últimos dois anos foi verificada uma redução das importações no país simultaneamente a um aumento nos preços. Por isso, disse, o governo acabou deixando suspensa a aplicação do direito antidumping após aprovar a medida.

Segundo ele, porém, a aplicação efetiva da medida pode ser feita a qualquer momento. O ministro afirmou que a “mensagem” do governo é que não haverá tolerância à prática de dumping. “A prática de dumping é uma prática ilegal de comércio, aplicando preços artificialmente reduzidos para dominar mercado. É uma prática proibida pela OMC (Organização Mundial do Comércio) e os países afetados podem tomar medidas antidumping”, disse.

Petrobras anuncia alta de 0,70% no preço da gasolina e queda de 0,60% no diesel

19/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobras anunciou um novo reajuste para os combustíveis, com aumento de 0,70% no preço da gasolina nas refinarias e queda de 0,60% no do diesel. Os novos valores valem a partir deste sábado, dia 20.

A nova política de revisão de preços foi divulgada pela petroleira no dia 30 de junho. Com o novo modelo, a Petrobras espera acompanhar as condições do mercado e enfrentar a concorrência de importadores.

Em vez de esperar um mês para ajustar seus preços, a Petrobras agora avalia todas as condições do mercado para se adaptar, o que pode acontecer diariamente.

Além da concorrência, na decisão de revisão de preços, pesam as informações sobre o câmbio e as cotações internacionais.

Grupo PSA quer eletrificar todos os carros até 2025

19/01/2018 – Fonte: Automotive Business

Companhia pretende oferecer opção menos poluente para cada modelo



Carlos Tavares diz que objetivo é fazer do Grupo PSA o mais eficiente, não o maior

O **Grupo PSA** é mais um a se juntar ao time de empresas que pretendem eletrificar toda a gama nos próximos anos. O CEO da companhia, Carlos Tavares, anunciou que o plano é oferecer ao menos uma versão equipada com motor elétrico ou híbrido para cada automóvel ou utilitário à venda.

Serão 40 novos modelos. A decisão vale para as cinco marcas da organização: Peugeot, Citroën, DS, Opel e Vauxhall – as duas últimas compradas em 2017 da General Motors. “Queremos ser a montadora mais eficiente, não a maior”, provocou o executivo durante o anúncio no Salão do Automóvel de Detroit, segundo a agência Automotive News Europe.

Apesar de dizer que não tem a pretensão de alcançar a liderança em vendas, o CEO confirma o plano de voltar a atuar no mercado dos Estados Unidos, que é o segundo maior do mundo. O executivo não revela, no entanto, com qual marca a empresa pretende resgatar a presença na região. A companhia planeja lançar globalmente 124 novos veículos em seis anos. O primeiro modelo destinado ao mercado norte-americano já está em desenvolvimento na Europa por um time dos Estados Unidos, aponta.

Tavares garante que, além de eletrificar, o plano é levar autonomia para os novos automóveis da empresa. O executivo calcula que, até 2030, 80% dos carros da montadora serão capazes de circular sem a necessidade de participação tão ativa do condutor em certas condições em modo semiautônomo. Faria de 10% dos modelos terão tecnologia de nível 4 ou 5 de automação e, portanto, capacidade de efetivamente se autodirigir.

Meritor projeta produção 20% maior em 2018

19/01/2018 – Fonte: Automotive Business

Após crescer 30% em 2017, empresa aposta em continuação da retomada



O ano passado encerrou com bons resultados para a **Meritor**, fornecedora de eixos e sistemas para veículos comerciais pesados: seu volume de **produção** superou em 30% o do ano anterior, reforçando a posição de líder no segmento, com mais de 50% de participação. Para este ano, a empresa também aposta alto, baseada na continuidade da recuperação do mercado de caminhões.

“Para 2018 esperamos crescimento de produção robusto na casa de dois dígitos, com a possibilidade do crescimento chegar a 20%”, afirma o diretor geral da Meritor para América do Sul, Adalberto Momi. O executivo analisa que no ano passado, a retomada da formação de estoques e a demanda das exportações impulsionaram o resultado, além da conquista de novos pedidos/encomendas por parte das montadoras.

O mercado de reposição também ajudou a incrementar os negócios da empresa no ano passado: “Tivemos crescimento de mais de 15% e a perspectiva é aumentar o volume neste mesmo patamar”, afirma o Momi.

Algumas ações foram importantes para fortalecer a divisão, como lançamento da linha de óleos para eixos diferenciais, o catálogo eletrônico mobile, além de inaugurar seu primeiro posto de serviço no Chile. Além disso, a Meritor tem planos de expandir a

rede, com a previsão de inaugurar ainda no primeiro semestre deste ano um segundo posto em São Paulo.

A retomada do mercado não pegou a Meritor de surpresa, uma vez que projetava o aumento de 30% da sua produção desde maio, quando já observava movimentos de recuperação. Naquela época, verificou um número maior de produtos fabricados ao que havia planejado para o mês.

Com isso, no mês seguinte, encerrou o acordo coletivo que previa carga horária de trabalho reduzida, de três dias a menos de produção por mês, voltando então a operar de segunda a sábado, em comum acordo com o sindicato dos metalúrgicos de Osasco, onde está localizada sua fábrica e que emprega cerca de 900 funcionários. Além dela, a Meritor mantém sua unidade no parque de fornecedores da MAN Latin America, em Resende (RJ).

Embora prefira não revelar seu volume de produção previsto para este ano, a companhia indica que suas expectativas para o mercado de veículos comerciais estão alinhadas com as da Anfavea, associação das montadoras, reforçando que tanto as vendas ao mercado interno quanto as exportações devem alcançar crescimento de dois dígitos. Vale lembrar que a entidade espera crescimento de 25% das vendas de caminhões e ônibus, para algo como 79,5 mil unidades, além de alta de 12,8% para as exportações, com cerca de 42,2 mil veículos.

ZF e Chery se juntam para democratizar carros autônomos

19/01/2018 – Fonte: Automotive Business

Acordo pretende popularização da condução semiautônoma na China



A **ZF** anunciou durante sua conferência realizada no **Salão de Detroit** (Estados Unidos) uma parceria com a **Chery** a fim de promover e tornar mais acessível a condução autônoma no maior mercado automotivo do mundo.

A empresa fornecerá à montadora seu novo controlador de inteligência artificial, o supercomputador ZF ProAI, que permitirá aos veículos ter funções automáticas de condução Nível 3, considerada semiautônoma, quando o veículo é capaz de assumir simultaneamente as funções de direção, como aceleração, frenagem e volante, embora, o motorista tenha que intervir em algum momento, assumindo o controle do carro eventualmente, em situações de risco ou não.

O desenvolvimento de tecnologias da ZF que promovam a condução autônoma em veículos está acontecerá em conjunto as novas parceiras da companhia Nvidia, empresa de computação e inteligência artificial, e com a Baidu, empresa chinesa de tecnologia (leia [aqui](#)). Pela primeira vez, os algoritmos de aprendizado profundo (deep learning), habilitados pela supercomputação do ZF ProAI, estarão disponíveis em carros acessíveis para o público em geral.

CARRO AUTÔNOMO ACESSÍVEL

“Essa parceria é particularmente relevante porque ela contribui para a democratização das funções de condução autônoma em um dos mais importantes mercados automotivos do mundo. Isso facilitará que todas as pessoas tenham acesso à tecnologia”, disse o CEO da ZF, Konstantin Sauer, durante conferência de imprensa da empresa no Salão de Detroit, na última segunda-feira, 15.

O executivo também disse que devido ao aumento global da demanda por soluções em eletromobilidade, a empresa ampliará suas operações nesta área. “Vamos investir em duas novas unidades industriais de produção de componentes para transmissões eletrônicas”.

Uma montadora da Europa já encomendou motores totalmente elétricos para a divisão responsável da empresa, incluindo a eletrônica de potência, além de unidade de tração puramente elétrica, para produção em escala. O volume de pedidos chega a 1 milhão de unidades.